



Eixo Temático: Educação e Currículo

**A CRISE CLIMÁTICA NAS ENTRELINHAS DO CURRÍCULO: Estado Do
Conhecimento e Perspectivas Críticas na Produção Acadêmica Brasileira 2021-2026**

**THE CLIMATE CRISIS IN THE INTERSTICES OF THE CURRICULUM: A State-
of-Knowledge Review and Critical Perspectives in Brazilian Academic Production,
2021–2026**

Gisele Coelho Böing¹

Alisson Vercelino Beerbaum²

Eva Teresinha de Oliveira Boff³

RESUMO

A crise climática é compreendida como problemática histórico-social, ético-política e educacional que incide sobre a função social da escola e sobre a seleção cultural do currículo. Este estado do conhecimento mapeia, na SciELO Brasil, a produção acadêmica em língua portuguesa sobre as contribuições de uma perspectiva crítica de currículo, considerando cinco anos e a inclusão excepcional de um artigo de 2020 por sua relevância analítica. O corpus reúne oito artigos, examinados à luz da Análise Textual Discursiva. Os resultados evidenciam a disputa entre pedagogizações adaptativas e justiça climática, a aceleração normativa recente e transversalidades decoloniais e interseccionais. Conclui-se que o tema permanece periférico no campo curricular brasileiro.

Palavras-chave: Currículo crítico; Crise climática; Justiça climática; Educação ambiental crítica; Estado do conhecimento.

ABSTRACT

The climate crisis is understood here as a historical-social, ethical-political, and educational problem that affects the social function of the school and the cultural selection through which the curriculum is constituted. This state-of-knowledge study maps, in the SciELO Brasil database, Portuguese-language academic production on a critical curriculum perspective, considering the last five years and the exceptional inclusion of one 2020 article due to its analytical relevance. The corpus comprises eight articles, examined through Discursive Textual Analysis. The findings reveal the dispute between adaptive pedagogisations and climate justice, recent regulatory acceleration, and decolonial and intersectional transversalities. The theme remains peripheral within Brazilian curriculum studies.

Key words: Critical curriculum; Climate crisis; Climate justice; Critical environmental education; State of knowledge.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - prof.gisele.boing@gmail.com.

² Pós-doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – alissonvbeerbaum@gmail.com.

³ Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida da Universidade Federal do Rio Grande do sul – evaboff@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A crise climática já não pode ser tratada como tema periférico do repertório escolar. Ela se impõe como inflexão civilizatória que recoloca a questão curricular dos conhecimentos legítimos à formação de sujeitos em um mundo atravessado por vulnerabilidades socioambientais desigualmente distribuídas. Não se trata de perturbação episódica do sistema natural, mas de problema histórico, social e político que alcança educação e currículo como artefatos culturais marcados por relações de poder e silenciamentos. Nessa conjuntura, a escola passa a ser interpelada como instância de inteligibilidade pública diante do colapso ambiental e de seus efeitos no cotidiano escolar e territorial.

Essa interpelação é curricularmente decisiva porque respostas hegemônicas às questões ecológicas tendem a assumir feições adaptativas, tecnicistas ou comportamentais, centradas na responsabilização individual e dissociadas de uma leitura estrutural das relações socioeconômicas e políticas que produzem a degradação socioambiental. A perspectiva crítica de currículo, ao contrário, desloca a crise climática do registro da “consciência ambiental” e das “boas práticas” para o da disputa por explicações, responsabilidades e alternativas, isto é, para o campo da justiça climática e da justiça socioambiental (ALMEIDA et al., 2023).

Tal reorientação não ocorre em vazio normativo. A Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, ao alterar a Lei nº 9.795/1999, explicita a exigência de atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais nos processos educacionais (BRASIL, 2024a). O Guia de ações educacionais em resposta a emergências climáticas enfatiza respostas a eventos extremos, priorização curricular e letramentos vinculados a futuros e resiliência climática (BRASIL, 2025). O Plano Clima 2024–2035 assinala a consolidação de um planejamento nacional de enfrentamento da crise climática (BRASIL, 2024b). A Portaria Interministerial MEC/MMA/MCTI nº 11, de 09 de outubro de 2024, convoca conferência nacional infantojuvenil pelo meio ambiente, sinalizando mobilização escolar em torno da pauta climática (BRASIL, 2024c). No plano subnacional, as Diretrizes de Educação Ambiental Climática da Prefeitura de Niterói ilustram a tradução local dessa agenda ao articularem políticas de defesa civil e educação para riscos de desastres (PREFEITURA DE NITERÓI, 2024).

À luz desse quadro, o problema de pesquisa não consiste em reabrir a vasta produção sobre educação ambiental em geral, mas em investigar, com foco no eixo “Educação e Currículo”, de que modo a produção acadêmica brasileira em língua portuguesa, indexada na SciELO, tem



abordado as contribuições de uma perspectiva crítica de currículo para o enfrentamento da crise climática. Este artigo objetiva mapear, sistematizar e analisar essa produção, tomando como base empírica exclusiva o material fornecido. A delimitação ao eixo “Educação e Currículo” constitui escolha epistemológica e política: compreendemos o currículo como território contestado em que se definem o que se ensina, o que se silencia e sob quais gramáticas de formação se organiza a experiência escolar. Investigar a crise climática por esse prisma implica examinar a legitimação do conhecimento escolar e suas implicações para as desigualdades e injustiças socioambientais (SANTOS; QUEIROZ, 2021; ALMEIDA et al., 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo configura-se como revisão bibliográfica do tipo estado do conhecimento, com recorte estrito e replicável, derivado das decisões metodológicas explicitadas. A base primária foi a SciELO Brasil, com foco em artigos científicos em língua portuguesa publicados em periódicos indexados, sob recorte temporal de cinco anos, admitindo-se, excepcionalmente, um artigo de 2020 por sua relevância analítica.

A busca foi realizada no motor integrado da SciELO Brasil, mediante descritores em português e operadores booleanos (AND, OR, AND NOT), para captar a interseção entre estudos curriculares, educação ambiental crítica e clima. Empregaram-se seis combinações, preservando-se integralmente seus quantitativos brutos: ("currículo" OR "teoria crítica do currículo" OR "perspectiva crítica de currículo") AND ("crise climática" OR "mudanças climáticas" OR "emergência climática"), com 3 resultados; "educação ambiental crítica" AND "currículo" AND ("clima" OR "climática"), com 7 resultados; "justiça climática" AND "educação" AND "currículo", com 5 resultados; ("sustentabilidade" OR "emancipação" OR "justiça socioambiental") AND "currículo" AND ("crise climática" OR "mudanças climáticas"), com 9 resultados; ("formação humana" OR "práticas curriculares") AND ("crise climática" OR "mudanças climáticas"), com 2 resultados; e "educação ambiental" AND ("mudanças climáticas" OR "crise climática") AND NOT ("ensino superior" OR "universidade"), com 18 resultados.

A triagem seguiu leitura incremental — títulos, resumos/palavras-chave e leitura introdutória do texto. Preservam-se os seguintes números: 44 artigos brutos localizados; 19 removidos por duplicidade; 25 artigos únicos após deduplicação; 5 excluídos por idioma; 4 por inadequação temática; 16 restantes para leitura de resumos e palavras-chave; 6 excluídos nessa etapa por



baixa densidade teórica ou viés técnico-comportamental; 10 destinados à leitura introdutória do texto completo; 2 excluídos por baixa aderência curricular ao problema; e 8 artigos no corpus final. Os critérios de inclusão e exclusão foram orientados por aderência curricular e densidade crítica. Incluíram-se artigos científicos indexados na SciELO, redigidos em português, com relação substantiva com o campo educacional e curricular e articulação explícita, ainda que heterogênea, com crise climática, justiça socioambiental, sustentabilidade crítica, educação ambiental crítica ou decolonialidade. Excluíram-se duplicatas, textos em outros idiomas, materiais externos à SciELO e publicações estritamente técnicas, naturalistas ou comportamentais. A análise do corpus foi orientada pela Análise Textual Discursiva (ATD), em três movimentos articulados: unitarização, categorização e produção de metatexto interpretativo. Os documentos governamentais listados foram mobilizados apenas para contextualização e tensionamento pontual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus reúne oito artigos publicados entre 2020 e 2025, com diferentes graus de aderência ao objeto “contribuições de uma perspectiva crítica de currículo para o enfrentamento da crise climática” (SILVA et al., 2021; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2025; SILVA; SOUSA; CRUZ, 2020; ALMEIDA et al., 2023; SANTOS; QUEIROZ, 2021; GAMA, 2020; BERTAZI; COLACIOS, 2023; PELÚCIO; IRINEU; SILVA, 2025). A heterogeneidade do conjunto é, por si, um achado: a crise climática comparece deslocada para subcampos como educação ambiental, justiça socioambiental, debates macrojurídicos e interseccionalidades, enquanto a teorização curricular crítica mainstream, tal como indexada na SciELO, permanece rarefeita. Isso se confirma pela baixa captação da combinação de busca mais nuclear — com a copresença explícita de “currículo” ou “teoria crítica do currículo” e “crise”, “mudanças” ou “emergência climática” —, que retornou apenas três resultados brutos. Já as combinações que ampliam o léxico para educação ambiental, sustentabilidade e justiça socioambiental produziram maior retorno, mas também maior dispersão temática. O diagnóstico é claro: embora o debate climático tenha sido acelerado por documentos estatais (BRASIL, 2024a; BRASIL, 2025), ele ainda ocupa posição periférica nos estudos curriculares de alta visibilidade na SciELO.

Os resultados evidenciam disputa interpretativa sobre o que fazer curricularmente diante da crise climática. De um lado, figuram pedagogizações adaptativas, que convertem o problema



em competências e dispositivos de resiliência; de outro, formulações emancipatórias, que articulam clima, desigualdades estruturais e justiça climática e socioambiental. A unidade de sentido recorrente é a crítica à fragmentação curricular e à tematização episódica do ambiente como conteúdo marginal, folclorizado ou restrito a efemérides.

Essa tensão se intensifica quando o corpus é aproximado dos documentos de contextualização. O Guia do MEC (2025) inscreve a resposta educacional na moldura das emergências climáticas e dos desastres, mobilizando priorização curricular e letramentos orientados a futuros e resiliência (BRASIL, 2025). Embora tal diretriz possa ser lida como necessária diante de interrupções escolares e riscos concretos, o corpus explicita os limites de respostas adaptativas, pois reduzir a crise climática à gestão de riscos tende a despolitizar as causas estruturais do colapso.

Categoria: O currículo prescrito como campo de disputa diante da Lei 14.926/2024 e das defasagens formativas

A aceleração normativa intensifica a tensão entre currículo prescrito e currículo vivido. A Lei nº 14.926/2024 constitui marco ao tornar mandatória a atenção às mudanças do clima, aos riscos e às vulnerabilidades a desastres nos processos educacionais, alterando a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2024a). O tema deixa de ser optativo e passa a configurar exigência institucional, com implicações para projetos político-pedagógicos e práticas (BRASIL, 2024a). Ainda assim, o material analisado indica que a produção curricular indexada na SciELO não apresenta, no período mapeado, volume proporcional de formulações crítico-curriculares robustas capazes de sustentar essa exigência.

Esse descompasso emerge na tensão entre diretrizes homogêneas e práticas territorializadas. O estudo de Silva, Sousa e Cruz (2020), sugere que políticas curriculares amplas, quando operam como matrizes homogeneizadoras, tendem a inserir o debate ambiental e climático sob a forma de universalismo abstrato, dissociado das condições territoriais e das experiências socioambientais concretas das comunidades rurais; por isso, o currículo crítico exige enraizamento e tradução situada (SILVA; SOUSA; CRUZ, 2020). A pesquisa com docentes em escolas sustentáveis reforça o problema da tradução: mesmo quando a instituição se apresenta como sustentável, as percepções docentes podem expor fragilidades conceituais e tensões entre discurso institucional e organização do trabalho didático (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2025). A prescrição normativa, por si, não assegura que o clima seja curricularmente reconfigurado em chave crítica; pode, ao contrário, burocratizar a temática,



convertendo “sustentabilidade” em retórica organizacional e “clima” em item de checklist, sem deslocar a lógica de seleção do conhecimento escolar (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2025; BERTAZI; COLACIOS, 2023).

O documento do MEC (2025) evidencia que o Estado incorpora a crise climática como variável que afeta a continuidade escolar, as perdas de aprendizagem e a ampliação das desigualdades (BRASIL, 2025). Todavia, o corpus sinaliza que a simples transposição de imperativos de gestão de risco para o currículo pode converter-se em pedagogias de contenção e adaptação, e não de transformação, sobretudo quando persistem defasagens formativas e falta repertório crítico consolidado para orientar a prática docente (BRASIL, 2025; SILVA et al., 2021; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2025). A dimensão local, registrada nas diretrizes do município de Niterói, permite compreender a tradução subnacional como problema curricular: trata-se de articular educação climática, risco de desastres, ciência cidadã e políticas de proteção (PREFEITURA DE NITERÓI, 2024). Essas diretrizes ilustram a passagem de uma abordagem conteudista para outra orientada à sobrevivência e à prevenção comunitária; o desafio crítico permanece em evitar que a educação climática se reduza a treinamento para emergências, sem interrogar as estruturas que tornam determinados grupos mais expostos ao risco (PREFEITURA DE NITERÓI, 2024; ALMEIDA et al., 2023).

Categoria: Transversalidades, interseccionalidades e epistemologias contra-hegemônicas na reinvenção crítica do currículo

No corpus, a crise climática ganha maior densidade crítica quando articulada a transversalidades decoloniais, interseccionais e anticapitalistas, indicando que a reinvenção curricular decorre menos da criação de uma “disciplina do clima” do que de uma reconfiguração epistemológica dos saberes legitimados como formativos. Um primeiro eixo reside na oposição entre sustentabilidade normativa ou neoliberal e justiça climática. “Educação Ambiental nas Lareiras do Capital” permite compreender processos de cooptação e domesticação dos discursos ambientais, evidenciando, em chave curricular, que a linguagem da sustentabilidade pode operar como dispositivo de neutralização política (BERTAZI; COLACIOS, 2023). Convertida em consenso abstrato, ela induz o currículo a suprimir conflito e historicidade, deixando de nomear a crise climática como expressão de relações sociais e econômicas predatórias.

Um segundo eixo refere-se ao confronto entre a racionalidade científica ocidental e saberes subalternizados ou originários. Almeida et al. (2023) afirmam que as lutas por justiça



socioambiental se vinculam a modos de vida e saberes do Sul global e a pedagogias de resistência (ALMEIDA et al., 2023). Em perspectiva curricular, isso desloca a crise do registro de “conteúdo científico” para o de epistemologias em disputa: quais narrativas e experiências podem compor o conhecimento escolar quando estão em jogo clima, território e sobrevivência? (ALMEIDA et al., 2023; SILVA et al., 2021). Santos e Queiroz (2021), por sua vez, oferecem suporte teórico para pensar práticas curriculares como forças de reprodução ou insurgência, com ênfase em interculturalidade, monoculturalismo e cidadania decolonial (SANTOS; QUEIROZ, 2021). Nessa gramática, a crise climática opera como analisador do monoculturalismo curricular, expondo como a marginalização de saberes territoriais e populares também produz vulnerabilização socioambiental (SANTOS; QUEIROZ, 2021; ALMEIDA et al., 2023).

A presença do editorial de Pelúcio, Irineu e Silva (2025), ainda que tangencial, é metodologicamente reveladora. Sua inclusão evidencia que, na literatura de alto impacto indexada, a crise climática comparece com vigor em intersecções com debates sobre corpos, opressões e vigilância, mais do que em formulações curriculares centradas em conhecimentos escolares clássicos (PELÚCIO; IRINEU; SILVA, 2025). Essa tangencialidade sugere que a agenda climática crítica ingressa no campo educacional sobretudo por interseccionalidades e disputas culturais ampliadas, enquanto o campo curricular mainstream hesita em centralizá-la. Retoma-se, assim, o ponto de partida: se o currículo é território contestado, sua reinvenção crítica diante da crise climática exige transversalidades estruturantes que integrem injustiça socioambiental, desigualdade territorial e crítica à cooptação dos discursos ambientais (BERTAZI; COLACIOS, 2023; ALMEIDA et al., 2023; SILVA et al., 2021). O corpus indica, portanto, que a crise climática não se apreende por mero acréscimo de conteúdo, mas requer a reorganização dos próprios critérios de relevância curricular; em outros termos, exige reconhecer que o clima, como problema de justiça e sobrevivência, reordena as prioridades formativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão norteadora — como a produção acadêmica brasileira em língua portuguesa, indexada na SciELO, aborda as contribuições de uma perspectiva crítica de currículo para o enfrentamento da crise climática —, este estado do conhecimento consolida três achados centrais. O primeiro é a exiguidade do corpus final: oito artigos, resultantes de um



funil rigoroso iniciado com 44 registros brutos e atravessado por deduplicação, exclusões por idioma, pertinência temática e densidade teórica. Essa escassez não é mera limitação formal, mas expressão do campo: a crise climática segue relativamente marginal na produção curricular de alto impacto indexada na SciELO, sobretudo quando se requer a articulação explícita entre “currículo” e “crise/mudanças climáticas” em chave crítica.

O segundo achado diz respeito às contribuições mais consistentes, distribuídas em três eixos: crítica à fragmentação curricular e à tematização episódica do ambiente (SILVA et al., 2021); tensão entre abordagens adaptativas e projetos emancipatórios ou de justiça climática, com atenção às traduções docentes e ao currículo em ação (OLIVEIRA; OLIVEIRA; CARVALHO, 2025; GAMA, 2020; ALMEIDA et al., 2023); e emergência de transversalidades decoloniais e interseccionais como via de reinvenção curricular, sobretudo quando se problematizam a cooptação do discurso ambiental e as disputas epistemológicas (BERTAZI; COLACIOS, 2023; SANTOS; QUEIROZ, 2021; PELÚCIO; IRINEU; SILVA, 2025).

O terceiro refere-se ao peso da contextualização normativa recente: a Lei 14.926/2024 altera o estatuto político da temática, e o Guia do MEC (2025) explicita a incorporação institucional do clima como variável capaz de reconfigurar ensino e aprendizagem (BRASIL, 2024a; BRASIL, 2025). Sem ampliação qualitativa da produção curricular crítica — isto é, sem arcabouços teórico-metodológicos consistentes para além do prescritivismo —, corre-se o risco de reduzir a escolarização do clima a uma pedagogia da emergência e da adaptação, voltada à administração de efeitos sem desnaturalizar causas e desigualdades.

Este estado do conhecimento não encerra o debate; recoloca-o em patamar mais exigente ao afirmar o currículo como instância decisiva na disputa pelos sentidos da vida comum em tempos de colapso ecológico. Se a crise climática tensiona os critérios de seleção, hierarquização e legitimação do conhecimento escolar, sua inscrição no campo curricular não pode restringir-se à incorporação temática: exige inflexão intelectual capaz de reordenar prioridades formativas, reposicionar a escola diante das desigualdades socioambientais e ampliar o horizonte ético-político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. C.; LIMA, S. C.; LOBATO, F.; BARRETO, R. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. **Revista Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2023. DOI: 10.1590/2179-8966/2023/73122.



BERTAIZI, Marcio Henrique; COLACIOS, Roger Domenech. Educação Ambiental nas Lareiras do Capital: uma crítica à agenda neoliberal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e123264, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236123264vs01.

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Brasília: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de ações educacionais em resposta a emergências climáticas: versão executiva.** Elaborado pelo MEC, Consed, Undime e Instituto Reúna. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/guiaacoes.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Governo do Brasil lança Plano Clima: guia das ações para enfrentar a crise climática no país até 2035.** Brasília, DF: MMA, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governo-do-brasil-lanca-plano-clima-guia-das-acoes-para-enfrentar-crise-climatica-no-pais-ate-2035>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministérios da Educação, Meio Ambiente e Mudança do Clima, e Ciência, Tecnologia e Inovação. **Portaria Interministerial MEC/MMA/MCTI nº 11, de 09 de outubro de 2024.** Brasília, DF: MCTI, 2024c. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias_interministeriais/Portaria_Interministerial_MEC_MMA_MCTI_n_11_de_09102024.html. Acesso em: 18 mar. 2026.

GAMA, C. Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, 2020.

OLIVEIRA, Neyla Cristiane Rodrigues de; OLIVEIRA, Francisca Carla Silva de; CARVALHO, Denis Barros de. Educação Ambiental e Mudanças Climáticas em Escolas Sustentáveis: percepção de professores da educação básica. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 31, e25032, 2025. DOI: 10.1590/1516-731320250032.

PELÚCIO, L.; IRINEU, B. A.; SILVA, M. R. Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. e105261, 2025. DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n1105261.

PREFEITURA DE NITERÓI. Secretaria Municipal do Clima de Niterói. **Diretrizes de Educação Ambiental Climática – SECLIMA.** Niterói, RJ: SECLIMA, 2024. Disponível em: <https://clima.niteroi.rj.gov.br/educacao-climatica-post-1/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, R. B.; QUEIROZ, P. P. Práticas curriculares e seus desdobramentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 261, p. 339-356, maio/ago. 2021.

SILVA, S. P.; SOUSA, A. L.; CRUZ, J. M. Meio ambiente e educação ambiental na concepção docente. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, 2020.

SILVA, V. L. S. et al. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. GEOUSP: **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-22, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.158138.